

## DA ESCOLA CONFSSIONAL À ESCOLA PLURAL

**Carlos Meireles Coelho \***

Escola confessional, escola laica e escola plural ou pluralista mais do que três paradigmas para a escola pública são três realidades históricas que convém seguir na sua evolução, comparar umas com as outras para melhor as compreender e refletir em síntese, para podermos aplicar ao presente e ao futuro.

As primeiras escolas populares, de que há memória, terão surgido no Crescente Fértil. Xenofonte (*A educação de Ciro*) refere que, na Pérsia antiga (Irão-Iraque) as crianças iam à escola para aprender a justiça, numa concepção de educação ética, cívico-religiosa. Quando em 535AC o pequeno povo seminómada hebreu volta à Palestina, vindo das terras do Iraque, cria uma rede de escolas populares, as rabínicas nas sinagogas, onde se transmite de cor a Bíblia, que alguns conseguem aprender a ler. No Oriente, por essa altura, o budismo, o confucionismo e o taoismo criaram escolas para os que quisessem encontrar o caminho da harmonia, da felicidade e da paz interior. Na Grécia desenvolveram-se todas as escolas, e todas elas particulares, para guerreiros e fisiólogos, políticos e filósofos, matemáticos e geólogos, sofistas e desportistas, músicos e sacerdotes-sacerdotisas, epicuristas e estoicos, na academia e no liceu, nos templos e na praça pública, numa síntese original de tudo quanto era natureza, de todo o humano e do que perscrutavam que era o divino, e que tanto fascinou os senhores do império romano. Quintiliano, o primeiro professor funcionário público, defendia o Estado Romano, valorizando a vida de ação, o pragmatismo e o autocontrolo dos que queriam dedicar-se à política e desvalorizando a reflexão e contemplação dos que eram considerados como fugindo à realidade com especulações inúteis. Foi o imperador Juliano quem instituiu *a primeira escola confessional de um Estado* em 362, revogando leis que proibiam as cerimónias de culto religioso aos deuses tradicionais e controlando o exercício da profissão docente, sob pretexto de assegurar a

---

\* Professor na Universidade de Aveiro

competência e moralidade dos professores para proibir os cristãos de ensinarem nas escolas públicas e serem pagos pelo Estado. Após a queda do império romano, na Europa medieval sem Estados, desenvolveram-se escolas cristãs, urbanas-episcopais, rurais-paroquiais e monásticas. E o surgimento do Islão trouxe as escolas do Corão, que ainda hoje perduram como naquele tempo. Umas e outras marcaram indelevelmente as culturas onde se radicaram. No Oriente as escolas dos mosteiros, nas terras do Islão as escolas corânicas, no Ocidente as escolas cristãs marcaram a autonomia das escolas ditas confessionais em relação aos poderes dos Estados, que se foram desenvolvendo, integrando ou conflituando com essas escolas. Além das escolas confessionais das religiões, já na Antiguidade apareceu a tentativa de criar uma escola confessional do Estado, o que virá a ser retomado no séc. XIX com a escola laica positivista.

Depois das guerras que [ainda hoje envergonham os europeus](#), os cristãos dividiram-se em católicos e protestantes com a Reforma e a Contra-Reforma. No sul os católicos, seguindo as recomendações do Concílio de Trento (1545-1563), criaram escolas e universidades católicas, tendo surgido congregações religiosas com intuítos diretamente educativos, de que são exemplo a Companhia de Jesus ou Sociedade dos Jesuítas de S. Inácio de Loiola (1491-1556), as escolas pias de S. José de Calasanz (1556-1648), as escolas cristãs de S. João Batista de la Salle (1651-1719) e tantas outras. No norte a maioria das monarquias consegue a sua autonomia política identificando-se com uma religião protestante e aí aparece, a par da religião de Estado, a *escola obrigatória* para meninos dos 6 aos 12 anos: começa em 1619 no ducado alemão de Weimar onde “todos os meninos e meninas devem ser levados à escola para aprenderem a ler e a escrever e o *catecismo, orações e cânticos cristãos*” e estende-se pelos estados e ducados alemães de Gotha (1642), de Braunschweig (1651), de Hessen (1656), de Magdeburgo (1658)... Também em Portugal a [Constituição de 1822](#) dirá, embora sem carácter de obrigatoriedade, no Art. 25.º: “A religião da Nação Portuguesa é a Católica Apostólica Romana. Permite-se, contudo, aos estrangeiros o exercício particular de seus respectivos cultos”; e no Art. 237.º: “Em todos os lugares do reino onde convier, haverá escolas suficientemente dotadas, em que se ensine a mocidade portuguesa de ambos os sexos a ler, escrever e contar, e o *catecismo das obrigações religiosas e civis*”, o que seria confirmado pela [Carta Constitucional de 1826](#).

Enquanto nos países protestantes o Estado e a escola pública eram oficialmente confessionais ([a Suécia! foi-o até 2000](#) e [a Inglaterra ainda hoje o é](#)), nos países católicos o Estado sentia necessidade de se libertar da tutela ou

preponderância cultural, social e educativa da Igreja Católica Romana. O iluminismo e o regalismo dos países católicos pretendeu reforçar o poder político dos reis em relação ao papado e a Roma. O marquês de Pombal, pretendendo veicular pela educação o poder absoluto do rei, manda decretar a "nacionalização" das escolas que os jesuítas tinham criado no Brasil ([\*Diretório dos Índios do Pará e Maranhão\*](#), 7), em 1758, e, no ano seguinte, "proíbe a arte e método de ensinar dos padres jesuítas" e publica o alvará "pelo qual se exterminam, proscrevem e mandam expulsar destes reinos e seus domínios os religiosos da companhia e proíbe que com eles se tenha qualquer comunicação verbal ou por escrito", mesmo sem ter quem os substituísse na única rede de ensino secundário espalhada por todo o país.

A Revolução Francesa veio corporizar a luta pela emancipação do poder para o povo contra o "antigo regime", a monarquia e a Igreja Católica. Poderia considerar-se que surgia aqui uma atitude nova: o Estado pretendia esvaziar e substituir a Igreja, sobretudo no que dizia respeito à escola, em que não se tolerava o voluntariado e o espírito de missão. Ainda hoje os franceses chamam a isso Estado laico e escola laica. Parece, no entanto, que já o imperador Juliano tinha procurado instituir uma escola confessional do estado intolerante para com as outras religiões. Efetivamente o Estado laico tem mantido um militantismo obsessivo contra todas as religiões, e se a luta principal é contra a Igreja Católica, não poupa também as outras.

O caso francês teve fortes repercussões em Portugal e por isso vamos analisar a sua evolução.

Em 1801 a concordata entre Pio VII e Napoleão concedia ao governo francês o poder de nomear os bispos católicos. Em 1808, o estado francês estabelece [\*o monopólio do ensino estatal nas universidades e no ensino secundário\*](#), deixando o disperso ensino primário a cargo das "congregações religiosas", mas, segundo o espírito regalista da época, na fidelidade ao príncipe imperador: "A instrução pública de todo o Império está confiada exclusivamente à Universidade. Nenhuma escola ou estabelecimento de instrução de qualquer espécie pode formar-se fora da [\*Universidade Imperial\*](#) e sem autorização do seu chefe." Em 1816 os municípios deviam dispor de meios para satisfazer a obrigação de prover ao ensino primário gratuito para os que dele precisassem, devendo os presidentes das câmaras municipais e os párocos zelar para que todas as crianças frequentassem a escola primária. Em 1824 os professores do ensino primário passam a ter um controlo acentuado por parte dos bispos e em 1827 passam ao controlo das autoridades académicas. Em 1833 a [\*Lei Guizot\*](#) impõe que todos os municípios tenham do próprio município uma escola

primária pública para rapazes e prevê “salles d’asile” (jardins de infância); obriga a que haja uma escola primária superior nas capitais de “arrondissement” (freguesia) e uma escola normal superior nas capitais de departamento (distrito); a organização do ensino será assegurada pelo Estado e a Igreja Católica é livre de constituir o seu próprio sistema de ensino primário, ficando no entanto sujeita a uma inspeção por parte do Estado. Em 1836 a extensão da Lei Guizot obriga a que todos os municípios tenham do próprio município uma escola primária pública para raparigas. Em 1849 na sequência das eleições em que ganha a maioria anti-socialista-republicana e pró-monárquica, o poder e a educação são dominados por um coligação de conservadores católicos com burgueses liberais e agnósticos: o ensino secundário deixa de ser monopólio do Estado e da Universidade do Estado abrindo-se à iniciativa privada com ligeiro controlo pelas autoridades académicas; o ensino primário que deve formar e enquadrar o povo é atribuído ou à Igreja Católica ou aos municípios, sob controlo moral do ministro dos cultos. Em 1850 foi aprovada a [Lei Falloux](#) que, a pretexto da liberdade de ensino, reforça o carácter confessional da educação e da escola e obriga os municípios com mais de 800 habitantes a abrir uma escola primária para meninas: “- o ensino primário compreende a instrução moral e religiosa, e leitura... – o professor do ensino primário deve ter um certificado de capacidades ou ter o título de um dos cultos reconhecidos... – o professor do ensino primário é escolhido de uma lista estabelecida pelo conselho académico onde têm lugar o bispo, um padre, um pastor ... – as autoridades locais propostas para a inspeção e a direção moral do ensino primário são em cada escola o presidente da câmara, o pároco, o pastor ou o delegado do culto israelita; os ministros dos diferentes cultos são especialmente encarregados de orientar e controlar o ensino religioso da escola, sendo-lhes a escola permanentemente aberta...”. Em 1857 morre Augusto Comte, o grande impulsionador da teoria da escola laica do Estado, autor do [Catecismo Positivista](#), que se auto-intitulava sumo sacerdote da Humanidade, na “era da nova religião da humanidade evoluída” – o positivismo.

De 1843 a 1863 constata-se um significativo aumento nos efetivos da educação: foram criados 250 novos estabelecimentos de ensino secundário; os alunos passaram de 706 917 para 1 610 674; os professores das congregações religiosas passaram os homens de 3 100 para 17 700 e as mulheres de 34 200 para 89 200, sendo em 1877, respectivamente, 30 200 e 127 700. Face a este aumento o ministro da instrução pública de Napoleão III, Victor Duruy, procura reequilibrar a situação: conselho departamental do ensino primário, desenvolvimento do ensino para raparigas, aumento do financiamento

por parte do Estado... Em 1867 Napoleão III aproxima-se da Igreja Católica e o ministro da instrução pública Victor Duruy deixa o ministério, não tendo conseguido que fosse votada a escolaridade obrigatória gratuita universal: o Estado assegura a organização de escola públicas femininas gratuitas nos municípios com mais de 500 habitantes e cria um corpo de professoras do ensino primário público e as caixas escolares. Em 1869 Léon Gambetta introduz no programa de Belleville a fórmula “[escola obrigatória, gratuita e laica](#)”. Em 1870, dá-se a queda dos Estados Pontifícios. Em 1871 o governo revolucionário da Comuna de Paris proclama [a separação da Igreja e do Estado](#) e a laicidade do ensino; Édouard Vaillant, delegado para o ensino, manda fechar as escolas católicas e faz abrir escolas laicas. Jules Ferry (ministro da Instrução Pública de 1879 a 1883) foi marcante com algumas medidas: estabelece que deve haver uma escola normal de professores e uma escola normal de professoras do ensino primário em cada departamento ([1879](#)); no Conselho Superior da Instrução Pública e nos conselhos académicos os eclesiásticos são substituídos por universitários, pretendendo-se assim separar a Igreja da Universidade e a Igreja do Estado, constituindo um ensino primário laico como serviço público ([1880](#)); por decreto estabelece que os jesuítas têm 3 meses para se dissolver e abandonar os estabelecimentos de ensino (1880); por lei estabelece a gratuidade do ensino primário público, suprimindo a “retribuição” dos alunos aos professores a quem é exigido o certificado de capacidade profissional ([1881](#)); incentiva departamentos e municípios a criar estabelecimentos de ensino secundário para raparigas ([1880](#)); por lei estabelece a obrigatoriedade e laicidade do ensino primário público para as crianças dos 7 aos 12 anos, retira dos programas o ensino da religião que substitui pela “Instrução moral e cívica”, dando ao ministro dos cultos o direito de inspeção, mas sem abandonar a formação moral, procurando transformar o professor-instrutor num educador, e determina um dia sem aulas por semana na escola primária para que os pais que quiserem possam mandar os seus filhos ao ensino da religião fora da escola ([1882](#)). Em [1886](#) o ministro da Instrução Pública [Goblet](#), estabelece laicidade do ensino primário público, uma vez que o ensino de toda a ordem só pode ser assegurado por pessoal leigo. Em 1889 a lei estabelece que os professores do ensino primário público são funcionários do Estado pagos diretamente pelo Tesouro Público. Em 1904 “o ensino de toda a ordem e natureza é proibido em França a todas as congregações”. Em 1905 [lei de separação das Igrejas e do Estado](#): “Artigo 2.º: A República assegura a liberdade de consciência, garante o livre exercício dos cultos, mas não reconhece, não paga nem financia nenhum deles”. Em 1914 a “União sagrada” em França permite que muitas congre-

gações religiosas voltem ao ensino. A principal definição que a escola laica faz de si mesma é que é neutra...

Em Portugal em 1910 [este modelo foi importado](#) pelos republicanos da 1.<sup>a</sup> República, que pretendiam "expurgar a Nação de quantos a tinham mantido, e mantinham, arredada do progresso europeu" (*leia-se francês*), limpando a mentalidade portuguesa de "certos pavores e preconceitos". E, a partir daí, empreendeu-se uma discreta e sistemática perseguição à Igreja Católica. A [8-10-1910](#) um Decreto repõe em vigor as leis de Pombal e de Joaquim António de Aguiar sobre a extinção das ordens religiosas. A [22-10-1910](#) outro Decreto determina a extinção do ensino da doutrina cristã nas escolas primárias. A [Constituição de 21-08-1911](#) vem suportar a ruptura com o passado: a Religião Católica deixa de ser a religião do Estado: Artigo 3.<sup>o</sup>-10.<sup>o</sup> "O ensino ministrado nos estabelecimentos públicos e particulares fiscalizados pelo Estado será *neutro* em matéria religiosa"; e o Artigo 3.<sup>o</sup>-12.<sup>o</sup> dá o sentido dessa neutralidade: "É mantida a legislação em vigor que extinguiu e dissolveu em Portugal a Companhia de Jesus, as sociedades nela filiadas, qualquer que seja a sua denominação, e todas as congregações religiosas e ordens monásticas, que jamais serão admitidas em território português".

Leonardo Coimbra, [ministro da Instrução Pública](#) (1922-12-11, 11) pelo Partido Republicano Português, despoletou, em janeiro de 1923, o problema do ensino religioso nas escolas particulares considerando que na [A. N. Constituinte de 1911](#) (1911-07-26, 15-17) se hesitara entre os termos laico e neutro e se optara por neutro. "Para quê? Para que agora se diga que neutro quer dizer laico?" — perguntava. O problema consistia em saber se o Estado deveria permitir que o ensino religioso das diferentes confissões tivesse lugar nas escolas (particulares) consoante a opção dos interessados numa posição democrática pluralista de tolerância, ou, pelo contrário, o Estado deveria "banir da escola todas as religiões, menos a *religião do dever*, que será o culto eterno desta [nova igreja cívica do Povo](#)" (1342-IV), optando-se, nesta hipótese, por uma nova "religião do estado" tão ou ainda mais intolerante do que tinha sido a anterior. A posição democrática pluralista e tolerante de Leonardo Coimbra (1923) não vingou: "que o ensino religioso é legalmente permitido nos colégios particulares e que, em vez de ser consentido pela justiça, ao sabor da vontade do ministro, é regulamentado pela Instrução, em lei, dentro do mútuo respeito de todas as confissões e destas pelas consciências fora de toda e qualquer confissão. Fora das aulas literárias e científicas; em dia apropriado, os estudantes teriam por grupos de cada confissão o ensino religioso que os seus pais tivessem requerido..."

Em Portugal, o movimento de 28-05-1926 propôs-se reconstruir o País integrando a vida nacional na sua cultura tradicional e foi dado papel especial à Moral e Educação Cívica ([Decreto n.º 16.077](#) de 26-10-1928, [Decreto n.º 18.779](#) de 26-8-1930, [Decreto n.º 18.885](#) de 27-9-1930, [Decreto n.º 20.741](#) de 11-1-1932 (art.49º §ún.), [Decreto n.º 25.311](#) de 10-5-1935, [Lei n.º 1.904](#) de 21-5-1935, [Decreto n.º 25.414](#) de 28-5-1935, p.769). A [Constituição Política de 1933](#) retomou os valores e as tradições da vida nacional que haviam sido silenciados pelo espírito republicano. A aconfessionalidade do Estado mantém-se, mas afirma-se ao mesmo tempo o reconhecimento da moral pública de inspiração cristã. Na sequência da nova Constituição, a [Lei n.º 1.941](#) de 11-4-1936 remodelou o Ministério da Instrução Pública que passou a chamar-se Ministério da Educação Nacional e introduziu a reforma do ensino de 1936 (reforma de Carneiro Pacheco). Segue-se o [Decreto-lei n.º 26.611](#) de 19-5-1936, o [Decreto-lei n.º 27.084](#) de 14-10-1936 que reformula a Educação Moral e Cívica, o [Decreto n.º 27.301](#) de 4-12-1936 que aprova o regulamento da Mocidade Portuguesa que cultivará nos seus filiados a educação cristã tradicional do país. Após três anos de “difíceis e delicadas negociações” foram assinados em Roma, a 7-5-1940, a [Concordata](#) e o [Acordo Missionário entre a Santa Sé e a República Portuguesa](#): Art. 21.º O ensino ministrado pelo Estado nas escolas públicas será orientado pelos princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais no País. Consequentemente ministrar-se-á o ensino da religião e moral católicas nas escolas públicas elementares, complementares e médias aos alunos cujos pais, ou quem suas vezes fizer, não tiverem feito pedido de isenção. (...) A partir da Concordata o referencial dos valores da escola portuguesa voltava a ser, de novo, a Igreja Católica, agora já não oficialmente (decorrente da religião oficial), mas oficiosamente (isto é, com referência aos “princípios da doutrina e moral cristãs tradicionais no País”). Só sete anos após a assinatura da Concordata, o [Decreto n.º 36.508](#) de 17-9-1947 (art.343º) refere pela primeira vez a disciplina de Religião e Moral, cujo programa foi aprovado pelo [Decreto n.º 37.112](#) de 22-10-1948, com reformulações: [Decreto n.º 37.322](#) de 4-3-1949, [Decreto-lei n.º 42.994](#) de 28-5-1960, [Portaria n.º 20.380](#) de 19-2-1964, [Portaria n.º 490/70](#) de 3-10-1970.

Entretanto, fruto do confronto de nacionalismos extremados, a Europa muda com a II Guerra Mundial.

Se a Revolução Francesa (1789-1814) marcou o início da era contemporânea e do laicismo em França e tem como carta magna a [Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão](#) (1789-08-26), a II Guerra Mundial (1939-1945) marcou o fim da idade contemporânea (e do laicismo, dos nacionalismos exacerbados e do "chauvinismo") e o início da era da globalização e do pluralismo



(da visão universal, da tolerância e do multiculturalismo), que tem como carta magna a [Declaração Universal dos Direitos Humanos \(1948-12-10\)](#) da ONU – Organização das Nações Unidas.

Em países (outroa) protestantes do norte da Europa o laicismo não teve a expressão que conseguiu em França. Mesmo que esses Estados tivessem mantido a religião oficial, este aspecto passou a estar ligado a um nível simbólico do Estado, do mesmo modo que a instituição monárquica, o que não impediu o pluralismo partidário ou religioso e a organização democrática da sociedade. Em países com acentuadas clivagens nacionais, culturais e/ou linguísticas (Espanha, Bélgica, Reino Unido, Dinamarca, Suécia...) a unidade do Estado manteve-se graças à referência unificadora do rei ou da rainha e da religião oficial, o que não obsteu a um pluralismo consentâneo com uma democracia de base e uma descentralização efetiva. É disso exemplo a gestão do currículo no reino da Dinamarca: o Estado gere uma parte obrigatória do currículo, constituído por disciplinas de referência para todos, como a língua e a cultura materna, o inglês e a matemática, mas as restantes disciplinas são escolhidas pelos pais num leque de opções alternativas reais, por isso, na direção da escola, estão sobretudo pais e apenas um representante dos professores.

Em países (outroa) católicos, como a França e Portugal, o centralismo do Estado é a referência contra a qual todos se insurgem, mas ninguém permite que se lhe toque. Napoleão (1806) utilizou a educação para reforçar o seu poder imperial, organizando a instrução pública, secundária e superior de forma centralizadora e monopolista sob a responsabilidade do governo central, com a designação de Universidade Imperial (napoleónica). Os professores são funcionários públicos, obedecendo ao Estado a quem procuram influenciar com a força de organização bloqueadora.

Mais perto de nós, em França [a reforma Michel Debré](#) (primeiro-ministro, 1959-12-23) permitiu a escolha aos estabelecimentos de ensino particular para: 1) se integrarem no ensino público; 2) ficarem como estavam "sem contrato" e sem apoio financeiro do Estado; 3) fazerem um "contrato simples" em que o Estado remunera os professores, mas não participa nas despesas de funcionamento da escola, comprometendo-se a escola a respeitar as normas estabelecidas pelo Estado quanto à formação dos professores, ao efetivo das turmas e à organização geral do ensino; 4) fazerem um "contrato de associação" em que o Estado remunera os professores e participa nas despesas de funcionamento da escola (excepto: o que se refira aos cultos e instrução religiosa, ao internato e alimentação), comprometendo-se a escola a respeitar as normas estabelecidas pelo Estado para o ensino público em geral. Mas logo



teve a oposição do *CNAL - Comité National d'Action Laïque* que procurou influenciar e comprometer a esquerda, que, desde Jules Ferry (1879), tem como doutrina: "Para a escola pública financiamento público, para a escola privada financiamento privado". As tensões foram aumentando: a França vai-se apercebendo que ainda não resolveu a questão religiosa e a liberdade de ensinar e de aprender. A Unesco, entretanto, ([Aprender a ser, 1973](#)) não restringe a função educativa à supremacia ou monopólio do Estado, antes a abre à "cidade educativa", à "a comunidade educativa", em que todos podem e devem participar sem restrições, de modo a que "ninguém fique à porta da cidade", seja laico ou religioso, agnóstico ou ateu, militante ou indiferente.

A esquerda no poder aplicou a sua velha doutrina e surgiu outra reação num outro tempo. A *UNAPEL - Union Nationale des Associations des Parents d'élèves de l'Enseignement Libre* reuniu 100 000 pessoas em [Pantin](#) (1982-04-24) a defender a escola livre para todos. E o *CNAL - Comité National d'Action Laïque* [responde](#), reunindo 250 000 pessoas a defender que quem quisesse ensino gratuito que fosse para o ensino público onde não há lugar para as religiões. As manifestações sucedem-se por toda a França contra a falta de liberdade nas escolas e no sistema educativo francês, sobretudo nos municípios dominados pela esquerda que não apoiavam o ensino particular, como previa a lei, coagindo os estabelecimentos particulares a integrarem-se e diluírem-se no ensino público rigidamente laico. Em Versalhes ([1984-03-04](#)) 500 000 manifestantes defendem a "escola livre" confessional e particular financiada pelo Estado e protestam contra política do governo que pretende dificultar o ensino particular e religioso, implementando um [sistema educativo laico](#) "uniforme e arreligioso". É apresentado o [projeto Savary](#) (1984-03-20) que prevê o "projeto educativo de escola", atendendo ao princípio do "respeito pelas consciências" e a salvaguarda do direito de escolha do "género de educação", como está previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (art. 26.º-3). O *CNAL* manifesta-se contra, reunindo alguns milhares de pessoas em Marselha, Lyon e Paris. Até que em [Paris](#) ([1984-06-24](#)) acontece [a maior manifestação](#) desde o Maio de 68, com mais de um milhão de pessoas (entre 1 400 000 e 1 800 000), por iniciativa da *APEL - Associations de parents d'élèves de l'enseignement libre*, a [defender](#) a "escola livre", o ensino particular e o ensino religioso nas escolas. De vez em quando voltam as manifestações de um lado e do outro...

O problema do ensino público e do ensino particular ainda não está resolvido em França: a escola nem é para os religiosos nem para os anti-religiosos, mas, como repete a Unesco ([Conferência Mundial sobre Educação para todos](#),

[1990](#)), é para todos e, nesse caso, não é uma questão de maioria ou minoria, é a questão do pluralismo: todos têm de ser tolerantes com todos, mesmo que pensem de maneira diferente, mesmo que sejam minoria, porque todos têm direito a estar dentro da cidade e nela se construirão a si próprios como bem entenderem.

A França da [laïcité](#) continua com a sua razão em impor a todos que "o ensino público é neutro em matéria de religião, de filosofia e de política" ([Lei de 28-03-1882](#), [preâmbulos das Constituições de 1946](#) e [1958](#)), não dando espaço para a instrução ou a manifestação religiosa dentro dos estabelecimentos educativos. [Para que nenhuma religião entre dentro da escola](#), há um dia por semana sem aulas para que os pais possam enviar, se quiserem, os seus filhos à instrução religiosa noutro lugar.

A escola laica acaba por ser uma escola confessional da religião laica do Estado, como dizia Augusto Comte, a grande referência do positivismo e do laicismo.

A [escola plural](#) é o contrário da escola laica, é o cadinho das diferenças onde todos, em liberdade, aprendem a viver uns com os outros na paz, na compreensão, na cooperação, na amizade, mesmo que tenham religiões, partidos e filosofias diferentes. A escola laica é como aquela escola em que só se fala francês e quem quiser falar ou aprender outra língua tem que sair da escola. A [escola plural](#) é a escola onde todos podem entrar, falem que língua falarem, o importante é que comuniquem, ensinem e aprendam a sua língua e a língua dos outros. Tudo o que é humano tem lugar na [escola plural](#) de todos para todos, sabendo que, no entanto, é preciso gerir todas as diferenças de modo eficaz sem diminuir a democraticidade.

Como vimos este problema põe-se de forma diferente nos países protestantes do norte e em França: no norte passaram do estádio confessional para o estádio plural ou pluralista, a França passou do estádio confessional para o estádio laico e não está a conseguir passar ao [estádio plural](#).

O caso português é curioso, porque até aos anos 70 do séc. XX a influência da língua, da cultura e do laicismo franceses eram dominantes e nas novas gerações de influência mais anglófona a posição fundamentalista do laicismo não é notória. Mas permanece a cultura, as atitudes, os preconceitos com os quais é sempre muito delicado lidar.

Nos países mais desenvolvidos da Europa pode-se escolher em que tipo de escola os filhos sejam instruídos e educados, assumindo o Estado a totalidade ou a maior parte desses custos. Em Portugal o Estado foge a todos os custos mesmo os assumidos com o ensino particular e nem sequer flexibiliza

suficientemente os currículos de modo que cada um tenha, tanto quanto possível, o tipo de educação que quer e que lhe convém na escola pública, baixando assim a pressão sobre o ensino particular.

A análise que fizemos incidiu sobretudo sobre factores históricos para vermos melhor o peso real dos factos que estão por detrás dos conceitos e, comparando os factos e os conceitos podemos concluir que a escola de hoje, para o mundo de amanhã, tem de ser para todos em todas as suas dimensões físicas e motoras, cognitivas e afetivas, sociais e morais, filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas e religiosas. O art. 2.º-3 da [Lei 46/86-10-14 \(Lei de Bases do Sistema Educativo\)](#) sintetiza bem os aspectos que uma escola plural deve considerar: "No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, tendo em conta, designadamente, os seguintes princípios: a) O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer diretrizes filosóficas, estéticas, políticas, ideológicas ou religiosas; b) O ensino público não será confessional; c) É garantido o direito de criação de escolas particulares e cooperativas." Mas, se os princípios gerais são bons, a aplicação que se fez deles desde 1986 terá sido muito restritiva. A [escola plural](#), da liberdade para todos, em que cada um tem o direito de [desenvolver as suas diferenças legítimas e assumidas](#), ainda está no horizonte dos princípios vagos e longínquos.